



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº06/2025

Período: 08/03/2025 a 14/03/2025

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Defesa de Braga Netto critica delação de Cid e denúncia da Procuradoria-Geral da República
- 2- Ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, fala sobre os militares envolvidos na trama golpista
- 3- Juíza federal anula punição da Marinha contra militar
- 4- Denunciados pela Procuradoria-Geral da República em trama golpista apresentaram defesas
- 5- O impacto do filme 'Ainda Estou Aqui' faz com que a Justiça reveja os casos de desaparecidos na ditadura
- 6- "Dê o golpe Jair": Ministério da Defesa de Bolsonaro divulgou pedido de golpe de Estado após derrota nas eleições
- 7- Em recorde, Marinha promove quatro mulheres a contra-almirantes
- 8- AGU defende a retirada de homenagem ao golpe, a contragosto do Exército
- 9- Coluna opinativa discute necessidade de aumento do orçamento da Defesa
- 10- Cristovam Buarque reflete a respeito dos avanços e desafios do país passados 40 anos da redemocratização
- 11- Membro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos pede cautela ao reexaminar casos políticos controversos
- 12- Jornais repercutem a posse histórica da primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar em mais de 200 anos
- 13- Jornais relembram a escolha de José Sarney para substituir Tancredo Neves no primeiro governo civil após a ditadura militar

1- Defesa de Braga Netto critica delação de Cid e denúncia da Procuradoria-Geral da República

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a defesa do general Walter Braga Netto, em resposta ao Supremo Tribunal Federal, afirmou que o tenente-coronel Mauro Cid foi pressionado em sua delação premiada e apontou diferentes versões sobre o envolvimento do general na trama golpista em 2022. Ademais, destacou que a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) se baseia em poucas provas e possui caráter enviesado. Para a defesa de Braga Netto, a delação de Cid é problemática e ilegal devido à velocidade da negociação e a validação sem a concordância do então procurador-geral Augusto Aras. Além disso, mencionou que a denúncia da PGR não possui provas que comprovem a

alegação de Cid sobre a participação de Braga Netto em suposto repasse em caixas de vinho para que militares monitorassem o ministro Alexandre de Moraes. Ademais, a defesa de Braga Netto expôs que a PGR se baseou em uma suposição para afirmar que o encontro do general com militares das Forças Especiais em dezembro de 2022 tinha como objetivo arquitetar o plano de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Alexandre de Moraes. Também alegou falta de acesso aos autos e ao material bruto, além de caracterizar as provas como desorganizadas e sem padrão, apontando para isso como uma ação ilegal, visto que é apresentado uma grande quantidade de informações sem relacioná-las com as acusações. Segundo a *Folha*, Braga Netto está preso desde dezembro de 2024 a pedido da Polícia Federal por buscar detalhes sobre o acordo de delação de Mauro Cid. O general foi denunciado pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, de dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e participação em uma organização criminosa. De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a defesa de Braga Netto indicou que não há indícios de conexão entre o acusado e o acontecimento de 8 de janeiro de 2023 e que a denúncia da PGR não responsabilizou a atitude dos denunciados por serem acusações genéricas e, em razão disso, são difíceis de refutar. Ainda segundo o *Estado*, a defesa de Mauro Cid, em manifestação ao Supremo Tribunal Federal, rejeitou a ideia de que o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (2019-2022) tenha sido pressionado em relação ao acordo de delação premiada, além de requisitar a permanência de benefícios e contestar as acusações direcionadas ao tenente-coronel por falta de justa causa para o exercício penal. Por sua vez, assim como Braga Netto, os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro procuram revogar o acordo de Cid, visto que acreditam que a delação não é voluntária. (Folha de S. Paulo – Política – 08/03/25; O Estado de S. Paulo – Política – 08/03/2025)

2- Ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Rocha, fala sobre os militares envolvidos na trama golpista

Em entrevista para o jornal *Correio Braziliense*, a ministra Maria Elizabeth Rocha, do Superior Tribunal Militar (STM), que completou 18 anos no STM em 08/03/2025, falou sobre as acusações de trama golpista que envolve militares. A ministra pontuou sua preocupação com a situação e disse que é necessário zelar pela democracia continuamente. Já em relação à anistia, Rocha ponderou que é muito cedo para tratar deste assunto, uma vez que nem todos os réus dos delitos de 8 de janeiro de 2023 foram julgados. Ainda sobre o 08 de janeiro, a ministra acredita que foi uma tentativa de aniquilar o Estado e avaliou que as Forças Armadas não aderiram à tentativa de golpe. Segundo a ministra, os militares não devem se misturar com a política. Já com relação aos militares que estão sendo julgados, Rocha afirmou que caso o Ministério Público Militar abra uma denúncia, é possível que o STM julgue crimes que apenas os fardados possam cometer, como por exemplo, ofensas à um oficial superior, o que segundo a ministra, ocorreu muito durante a trama golpista. Sobre a revisão da Lei de Anistia (1979), a ministra acredita que cabe ao Supremo Tribunal Federal se posicionar sobre o assunto. Porém, preocupa-se com o fato de que diferentes posicionamentos sobre o assunto possam causar instabilidade jurídica. A

ministra mencionou que assistiu o filme "Ainda Estou Aqui" e que se lembrou do cunhado, Paulo Costa Ribeiro Bastos, que é um desaparecido político. (Correio Braziliense – Política – 09/03/25)

3- Juíza federal anula punição da Marinha contra militar

De acordo com o periódico da *Folha de S. Paulo*, a juíza federal Adverci Rates Mendes de Abreu anulou a punição dada pela Marinha contra o capitão de mar e guerra Marcos Roberto Cavalcanti Sales, que havia divulgado em um grupo de WhatsApp uma foto de um caça americano F-35 que realizou um pouso de emergência em São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro, em maio de 2024. Segundo o capitão, a foto foi encaminhada por um assessor do diretor Giovani Correa, do Centro de Inteligência da Marinha, seu chefe, e que não havia orientação sobre repassar a imagem. No entanto, Sales teria encaminhado a foto para um grupo do WhatsApp em 18/05/2024, e já no dia 19 o diretor Giovani Correa o acusava de ter compartilhado a imagem do avião. Por conta disso, Sales foi deposto do cargo de chefe do Departamento de Inteligência e enviado para o Comando do Sétimo Distrito Naval. Esse rebaixamento faz com que o oficial não tenha a possibilidade de ser indicado ao cargo de almirante. Na decisão do dia 28/02/2025, a juíza apontou que a própria Marinha tinha reconhecido que o material divulgado não se encontrava sob sigilo. Além disso, disse que a Marinha tinha que provar que o militar em questão tinha conhecimento sobre a missão e que, mesmo assim, resolveu descumpri-la. Segundo a juíza Adverci, a autoridade militar busca preservar os princípios de hierarquia e disciplina, mas ela reconhece que houve um prejuízo provocado no registro dos documentos e pelo rebaixamento de conceito militar que permitiu a anulação do procedimento. O militar Sales comemorou a anulação e disse que tinha tido sua carreira manchada e seu sonho de se tornar almirante impedido por conta da punição. A Marinha não se manifestou sobre o caso. (*Folha de S. Paulo* – Política – 09/03/25)

4- Denunciados pela Procuradoria-Geral da República em trama golpista apresentaram defesas

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhou no dia 08/03/2025 para a Procuradoria-Geral da União (PGR) as defesas de alguns dos denunciados pela trama golpista, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) e o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto, além de outros 18 denunciados. Segundo o jornal, o procurador-geral Paulo Gonet tem um prazo de cinco dias para se manifestar sobre os documentos. Bolsonaro e mais 33 pessoas foram denunciadas pela PGR em fevereiro de 2025 por tentativa de golpe de Estado. Segundo a PGR, Bolsonaro teria editado a minuta do golpe, buscado apoio das Forças Armadas, além de ter consentido com o plano de matar o ministro Alexandre de Moraes e ter sido um dos responsáveis pelos eventos em 8 de janeiro de 2023. Os advogados de defesa de Bolsonaro negam que o ex-presidente participou da tentativa de golpe e apontam que a denúncia tem narrativas contraditórias, sem elementos concretos para as acusações. A *Folha de S. Paulo* apurou que as defesas apresentadas deixaram em aberto muitas perguntas sobre os acontecimentos que resultaram na denúncia de 34 pessoas

pela PGR. A maior parte das defesas entregues para análise busca isentar os envolvidos da participação do golpe e se concentram em apontar supostas ilegalidades do processo, além de questionar a adequação do ministro Alexandre de Moraes para julgar o caso. Segundo o jornal, a defesa de Jair Bolsonaro foca na inconsistência de indicativos sobre o envolvimento dele nos ataques de 8 de janeiro de 2023, na montagem e realização do suposto plano de assassinato de autoridades. Já com relação à minuta do golpe, que é o que reúne evidências mais sólidas, a defesa não respondeu diretamente as acusações. Apenas apontam que, se o documento existiu, não seria sido assinado. Outro ponto que não foi respondido se refere às reuniões com os comandantes das Forças Armadas. O advogado do general Estevam Theophilo afirmou, por sua vez, de acordo com a *Folha de S. Paulo*, que o delegado responsável pelo caso teria pressionado seu cliente, afirmando falsamente possuir gravação em vídeo da reunião entre o general e o então presidente. A defesa do general da reserva Paulo Sérgio Nogueira, que era Ministro da Defesa de Bolsonaro, afirma que houve a reunião, mas que o propósito não era pressionar os comandantes das Forças Armadas a participarem do golpe. Entretanto, a defesa de Paulo Sérgio não respondeu qual seria a motivação dele se reunir com os chefes militares. Outro ponto que se manteve em aberto é sobre o plano Punhal Verde Amarelo, que tinha o objetivo de assassinar autoridades da República. A defesa do general Mário Fernandes argumentou que o plano não foi apresentado a ninguém. Porém, a investigação da Polícia Federal teria apurado que o plano teria sido apresentado ao tenente-coronel Rafael de Oliveira em 06/12/2022 e que ele seria responsável por planejar o ataque ao ministro Alexandre de Moraes. A *Folha* também destacou que as defesas não apresentaram quais as razões para o documento ter sido criado e por quais motivos havia sido impresso mais de uma vez no Palácio do Planalto. Outro ponto deixado em aberto é sobre o general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, que era o chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pois sua defesa apontou que não há provas da participação dele na tentativa de golpe. Porém, pontuou que as falas de Heleno foram tiradas do contexto em uma reunião ministerial em 05/07/2022 e não explicou qual seria o contexto correto dessas falas. (Folha de S. Paulo – Política – 09/03/25; Folha de S. Paulo - Política - 10/03/25)

5- O impacto do filme 'Ainda Estou Aqui' faz com que a Justiça reveja os casos de desaparecidos na ditadura

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o filme 'Ainda Estou Aqui' pode trazer uma reviravolta judicial no 40º aniversário da redemocratização do Brasil, pois a repercussão de suas premiações acontece no mesmo momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu retomar os debates para reavaliar a anistia concedida aos agentes públicos envolvidos na ditadura militar. Entre as vítimas está Rubens Paiva, parlamentar cassado, cujo corpo nunca foi encontrado e os culpados não foram punidos. Com a estreia do filme, muitos casos tiveram avanços nos tribunais superiores e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou a alteração em 404 certidões de óbito dos desaparecidos políticos, atribuindo a morte à ação do Estado brasileiro como “morte não natural, violenta, causada pelo estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população brasileira como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964”. Desde o ano passado, com o lançamento do filme ‘Ainda Estou Aqui’,

a discussão sobre a responsabilidade dos agentes envolvidos na ditadura surgiu com mais força, além de impulsionar os processos parados na Justiça. No caso de Rubens Paiva, os acusados do processo são o general José Antônio Nogueira Belham e o major Jacy Ochsendorf e Souza. Além deles, foram denunciados o tenente-coronel Rubens Paim Sampaio, o primeiro-tenente Jurandyr Ochsendorf e Souza e o coronel Raymundo Ronaldo Campos. Dentre os quais, o major Jacy e o general Belham ainda estão vivos e recebem aposentadorias de respectivamente R\$23,4 mil e R\$35,9 mil brutos. Ainda há pensões pagas aos dependentes dos acusados que morreram Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos e Jurandyr Ochsendorf e Souza. Ademais, o jornal *Estado de S. Paulo*, relembrou o relato da filha de Rubens Paiva, Eliana Paiva, que repercutiu nos Estados Unidos em 02/02/1971 ao aparecer no jornal *The New York Times* e ser anexado ao memorando do diplomata John Wallendahl Mowinckel para que o então embaixador americano no Brasil, William Manning Rountree, cobrasse do governo brasileiro punições para os militares envolvidos no crime. Além da discussão do STF sobre a revisão da Lei de Anistia (1979), há também outros processos relacionados à ditadura militar brasileira (1964-1985) que foram retomados. Entre eles, um está a cargo do ministro Flávio Dino, que trata sobre a ocultação dos cadáveres de integrantes da Guerrilha do Araguaia (1967-1974) realizado pelo major Sebastião Curió e pelo tenente-coronel Lício Maciel. Outro processo é sobre o médico legista Harry Shibata, acusado de assinar laudos necroscópicos falsos para os presos políticos que foram mortos pela ditadura para que as torturas e homicídios fossem encobertos. O caso estava no STF desde 2017, mas um mês após o lançamento de "Ainda Estou Aqui", o ministro Alexandre de Moraes solicitou que a Procuradoria-Geral da República apresentasse uma declaração. Em fevereiro de 2025, foi reconhecido que o processo tramitasse em regime de repercussão geral. Além desse, também há o caso do jornalista Mário Alves de Souza Vieira, em que os militares Valter Jacarandá, Luiz Mario Lima, Roberto Estrada e Dulene Garcez dos Reis são acusados de sequestrar, torturar e matar o jornalista em 17/01/1970 e ocultarem seus restos mortais. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/03/25)

6- "Dê o golpe Jair": Ministério da Defesa de Bolsonaro divulgou pedido de golpe de Estado após derrota nas eleições

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o perfil oficial do Ministério da Defesa do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) publicou no Twitter (atual X) – em tuíte que continua ativo – um link direcionado a um canal do Telegram clamando por um golpe de Estado após a derrota do capitão reformado contra Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022. No momento da postagem, o chefe do Ministério era o general Paulo Sérgio Nogueira, denunciado recentemente pela Procuradoria Geral da República (PGR) por tentativa de golpe. (O Estado de S. Paulo - Política - 10/03/25)

7- Em recorde, Marinha promove quatro mulheres a contra-almirantes

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Marinha brasileira promoveu no último mês quatro mulheres ao posto de contra-almirante – equivalente ao nível de general –, um recorde na história das Forças Armadas. Entre elas, está Gisele

Mendes de Souza e Mello, em homenagem *post mortem* após ser atingida por uma bala perdida no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo - Política - 10/03/25).

8- AGU defende a retirada de homenagem ao golpe, a contragosto do Exército
De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Advocacia Geral da União (AGU) se manifestou de forma contrária à posição do Exército de manter a denominação "Brigada 31 de Março" dada à 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, em ação civil pública do Ministério Público Federal. A brigada em questão se trata do local de origem das tropas mobilizadas por Olympio Mourão Filho em 31 de março de 1964, ação que deu início à ditadura militar (1964-1985). A justificativa da AGU é que o nome viola a decisão do Supremo Tribunal Federal, que considera inconstitucional a promoção de comemorações do golpe com utilização de recursos públicos. O Exército defende a permanência da homenagem. (Folha de S. Paulo - Política - 12/03/25).

9- Coluna opinativa discute necessidade de aumento do orçamento da Defesa
Em coluna de opinião para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy entrevistou o senador Carlos Portinho (PL-RJ), autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para atrelar o orçamento do Ministério da Defesa a uma parcela do Produto Interno Bruto, projeto que ganhou destaque após a posse do segundo mandato de Donald Trump nos EUA. Segundo o senador, a proposta é essencial para garantir a continuidade de projetos de modernização das Forças Armadas e a soberania nacional. Porém, Godoy ressaltou que o projeto enfrenta resistência da equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, devido ao controle dos gastos públicos, embora o ministro da Defesa, José Múcio, seja apoiador da ideia de elevar o orçamento da área. Na avaliação de Portinho, ex-líder do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) no Senado, "É preciso garantir o mínimo de previsibilidade para os investimentos da Defesa. Sem ela não há território, nação, educação ou saúde.". (O Estado de S. Paulo - Política - 12/03/25)

10- Cristovam Buarque reflete a respeito dos avanços e desafios do país passados 40 anos da redemocratização
Em coluna de opinião no *Correio Braziliense*, o economista e ex-Ministro da Educação, Cristovam Buarque, celebrou as quatro décadas desde a redemocratização, ressaltando a coincidência do evento com a vitória do filme "Ainda Estou Aqui" no Oscar, na categoria de melhor filme internacional. Para o autor, devemos nos inspirar na unidade democrática formada ao fim do período militar (1964-1985) para promover o avanço de outras pautas urgentes para o país, como a subordinação das Forças Armadas ao poder civil e a universalização da educação de qualidade. Ademais, o podcast do jornal *Correio Braziliense* entrevistou Marcelo Aguiar, presidente da Fundação Astrojildo Pereira (FAP), que promoverá, juntamente ao Correio e ao partido Cidadania, o evento "Democracia 40 anos: conquistas, dívidas e desafios", no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, para celebrar os 40 anos da redemocratização do Brasil, contando, inclusive, com a presença de José Sarney – primeiro presidente empossado após o fim da ditadura. Aguiar destaca a

importância da ocasião em meio a um cenário de contestação da democracia. (Correio Braziliense - Brasil - 12/03/25)

11- Membro da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos pede cautela ao reexaminar casos políticos controversos

De acordo com reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, Rafaelo Abritta, representante do Ministério da Defesa na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), frisou a importância de embasamento jurídico ao reexaminar casos retomados pelo colegiado, como a morte do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek. Abritta sugeriu cautela para que futuramente tais ações não sejam contestadas nos tribunais. Para a procuradora Eugênia Gonzaga, presidente da CEMDP, é plausível a reabertura de casos de mortes durante o regime militar (1964-1985) após o tempo firmado em lei, contanto que o pedido tenha fins históricos e não indenizatórios. Porém, Abritta afirmou que isso não pode garantir legalidade no reconhecimento de pessoas como vítimas da ditadura sem haver primeiro uma base sólida. A reportagem da *Folha* ainda informou que a CEMDP também analisará outras mortes vistas como controversas, como as de Anísio Teixeira e João Goulart. Por fim, Abritta expressou preocupação com as implicações políticas envolvidas nessa questão e com a necessidade de garantir respaldo legal para as ações da comissão. (Estado de S. Paulo- Política- 13/03/25)

12- Jornais repercutem a posse histórica da primeira mulher a presidir o Superior Tribunal Militar em mais de 200 anos

Conforme reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* a ministra Maria Elizabeth Rocha assumiu a presidência do Superior Tribunal Militar (STM), sendo eleita após disputa acirrada e se tornando a primeira mulher a ocupar o cargo em mais de 200 anos de existência da corte militar. No discurso de posse, ela pregou por mais mulheres fazendo parte do Judiciário e da política, criticando a falta de representatividade feminina nos tribunais superiores. Ao ser entrevistada pela *Folha*, Elizabeth, que se definiu como feminista e progressista, ainda criticou a exclusão das mulheres da aplicação da Lei Maria da Penha nos casos que envolvem militares. A candidatura da ministra e sua eleição gerou resistência dentro do STM, um tribunal tradicionalmente conservador, e sua eleição foi marcada por uma disputa apertada, decidida por um voto de diferença. A nova presidente também afirmou ter entendido que o ex-presidente Jair Bolsonaro cometeu crimes militares durante a trama golpista de 2022, podendo ser acusado de "incitação à tropa" por exemplo, mas frisou que a identificação e formalização desses crimes cabe ao Ministério Público Militar. Ela explicou que, caso Bolsonaro seja julgado, isso poderia ocorrer no STM, ao mesmo tempo que o julgamento no Supremo Tribunal Federal, e ele poderia perder sua patente. Além disso, Rocha defendeu maior participação feminina no Judiciário e na política, cobrando do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva por mais indicações de mulheres para cargos importantes. O jornal *O Estado de S. Paulo*, também noticiou a posse da nova presidente do STM e sua posição sobre a conduta de Bolsonaro. O *Estado* destacou que, durante a posse, Maria Elizabeth evitou comentar sobre os eventos de 8 de janeiro de 2023 ou o envolvimento das Forças Armadas naqueles atos. Já de acordo com o reportado no *Correio*

Braziliense a ênfase ficou na afirmação que ela fez de que seu trabalho será orientado por três pilares: transparência, reconhecimento identitário e defesa do Estado Democrático de Direito. Durante a posse, a nova presidente celebrou a diversidade e a representatividade e afirmou que uma de suas metas é a aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional que integre o STM ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Elizabeth também reafirmou seu compromisso com a inclusão social e a promoção de pesquisas sobre a história da Justiça Militar. A presidente abordou ainda questões pessoais, lembrando a dor de sua família durante a ditadura militar e reforçando a necessidade de julgamentos transparentes para os militares envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro. Ela se comprometeu a modernizar a Corte e destacou a relevância dos grandes julgamentos históricos que moldaram o Brasil. (Correio Braziliense - Política - 13/03/25; Folha de S. Paulo - Política - 13/03/25; O Estado de S. Paulo - Política - 13/03/25;).

13- Jornais relembram a escolha de José Sarney para substituir Tancredo Neves no primeiro governo civil após a ditadura militar

Em reportagem, o jornal *Correio Braziliense* relembrou as dúvidas sobre quem deveria assumir a presidência da República no primeiro governo civil após a ditadura militar (1964-1985), surgidas em razão da impossibilidade do presidente eleito, Tancredo Neves, hospitalizado, tomar posse. De acordo com o jornal, o general Leônidas Pires Gonçalves e os juristas Affonso Arinos de Mello, Paulo Brossard e Miguel Reale, apoiaram a escolha de José Sarney, seguindo a Constituição de 1969, segundo a qual o vice-presidente da República deveria tomar posse em caso de impedimento do presidente. O general João Figueiredo, então presidente da República, recusava a sucessão de Sarney por interpretar que Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara dos Deputados, deveria ser empossado, com a possibilidade de se convocar novas eleições caso Tancredo ainda não estivesse em condições de assumir passados dez dias da posse. Segundo o jornalista José Augusto Ribeiro, Figueiredo teria articulado junto ao ministro do Exército, Walter Pires, tentativas de evitar a posse de Sarney. Receoso de uma crise institucional, Tancredo Neves adiou o quanto pode sua internação e sua cirurgia. Sarney acabou por assumir a presidência em 15 de março de 1985, após concordância do presidente do Senado, José Frageli, de Ulysses Guimarães e dos líderes dos partidos na Câmara. Em declaração ao jornal *Folha de S. Paulo*, Valdemar de Araújo Filho, professor de ciência política da Universidade Federal da Bahia, afirmou que a relutância das Forças Armadas em empossar Sarney se devia ao distanciamento do presidente João Figueiredo e à sua oposição à candidatura de Paulo Maluf, mas Sarney limitou bastante as possibilidades de investigação dos crimes praticados durante o regime militar. (Correio Braziliense - Política - 14/03/25; Folha de S. Paulo - Política - 14/03/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)
Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)
Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa
Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação

Brenda Rodrigues de Carvalho
Camila Mika Ozassa Sawada
Duany Ferreira
Iaritsa Jade Lima Freitas
Isadora Helena Caleguer Figueiredo
Julia Helena Esmeraldo
Letícia Pereira de Lima
Lucas Biagini Muniz e Borges
Manuela Zelira de Menezes Torres
Maria Luiza de Barros Costacurta
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Mariana Sala